



OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatório

Informações de familiares sobre as dificuldades de acesso à educação para as pessoas com deficiência no estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2023



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Breve resumo

A Constituição Brasileira prevê ser “dever do Estado com a educação”, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” - art. 208, III.

Já a Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência prevê que o direito à educação será exercido “sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades”, sendo certo que “os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre”.

A legislação infraconstitucional brasileira (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e Lei Brasileira de Inclusão) também assegura diversos direitos aos estudantes com deficiência, reconhecendo-o como direito de elevada envergadura, pois permitirá o máximo desenvolvimento das pessoas com deficiência, e sua verdadeira inclusão na sociedade. A citada legislação assegura, basicamente, o direito às adaptações razoáveis, para eliminação das mais variadas barreiras encontradas pelos estudantes com deficiência.

Este relatório é fruto de um chamado de informações feito para a que a sociedade civil, em especial as famílias de pessoas com deficiência, ajudasse a Defensoria a compreender a situação vivenciada pelos estudantes com deficiência nas escolas do Estado do Rio de Janeiro. A partir dessas informações, pretendemos fundamentar medidas de defesa do direito à educação das pessoas com deficiência.

2. Metodologia

Inúmeras solicitações chegam na Defensoria Pública para a busca individual de acesso à direitos de pessoas com deficiência, em especial de estudantes que não contam com adaptações necessárias para seu acesso à educação. A partir disso, a Ouvidoria e o Núcleo de Defesa das Pessoas com Deficiência da Defensoria Pública (NUPED) decidiram promover o levantamento de informações junto a sociedade civil sobre as condições de estudo de crianças e adolescentes com deficiência.

Importante dizer que tal iniciativa já havia acontecido recentemente a partir de uma parceria da Ouvidoria com o 6º Núcleo de Tutela Coletiva da Defensoria Pública, gerando uma Ação Civil Pública baseada nas informações recebidas. Assim, decidimos reproduzir tal experiência para todo o estado do Rio de Janeiro, agora com apoio da Coordenação de Tutela Coletiva, Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Adperj), Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil.

Desta forma, a equipe da Ouvidoria preparou junto com o Nuped um formulário de chamado de informações necessárias para a fundamentação de medidas efetivas em prol da garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. Uma vez pronto, encaminhou comunicação à todas as pessoas que compõem a rede de Parceiras Parceiros da Defensoria Pública do RJ, integrantes do programa Acesso à Justiça nos Territórios:

Alô, Rio de Janeiro!

O Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NUPED) está querendo entender melhor quais são os principais problemas que as crianças e adolescentes com deficiência enfrentam para acessar o seu direito à

educação em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro. Por isso, nós da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública preparamos um canal para que os familiares de pessoas com deficiência possam nos enviar informações que serão fundamentais para que a Defensoria possa definir estratégias para garantir o direito à educação das pessoas com deficiência.

Se você é responsável por uma criança ou adolescente com deficiência, ou conhece alguém que seja, não fique de fora dessa! Sua participação é muito importante para que a Defensoria cumpra o seu papel e consiga defender o direito à educação dessas pessoas.

A iniciativa tem o apoio da Coordenação dos Núcleos de Tutela Coletiva da Defensoria Pública, da Associação das Defensoras e Defensores do Rio de Janeiro (@adperj.rio) e da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (@anadepbrasil) e o formulário ficará aberto do dia 23 de junho ao dia 20 de agosto. A partir das respostas enviadas, a Defensoria irá preparar todas as medidas necessárias. Não fique de fora dessa!

Preencha o formulário em: <http://bit.ly/educacaopcdri>

O link também está disponível na nossa Bio!

Além, das mensagens encaminhadas e compartilhadas pelos Parceiros e Parceiras da Defensoria, que se disseminaram, também foram realizadas postagens no instagram da Ouvidoria, em parceria com a ADPERJ, assim como no instagram da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

- Posts da Ouvidoria

<https://www.instagram.com/p/Ct1Ywmkrslf/?next=%2F>



O Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NUPED) está querendo entender melhor quais são os principais problemas que as crianças e adolescentes com deficiência enfrentam para acessar o seu direito à educação em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro. Por isso, nós da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública preparamos um canal para que os familiares de pessoas com deficiência possam nos enviar informações que serão fundamentais para que a Defensoria possa definir estratégias para garantir o direito à educação das pessoas com deficiência.

Se você é responsável por uma criança ou adolescente com deficiência, ou conhece alguém que seja, não fique de fora dessa! Sua participação é muito importante para que a Defensoria cumpra o seu papel e consiga defender o direito à educação dessas pessoas.

A iniciativa tem o apoio da Coordenação dos Núcleos de Tutela Coletiva da Defensoria Pública (@defensoria.rj), da Associação das Defensoras e Defensores do Rio de Janeiro (@adperj.rio) e da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (@anadepbrasil) e o formulário ficará aberto do dia 23 de junho ao dia 20 de agosto. A partir das respostas enviadas, a Defensoria irá preparar todas as medidas necessárias. Não fique de fora dessa!

Preencha o formulário em: <http://bit.ly/educacaopcdjrj>

O link também está disponível na nossa Bio!

<https://www.instagram.com/p/CukfX0VrBZ-/?next=%2F>



MAIS DE **600** PESSOAS
JÁ RESPONDERAM O FORMULÁRIO
AGORA SÓ FALTA VOCÊ!

RESPONDA AGORA:
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E
FAMILIARES: AVISEM A DEFENSORIA
SOBRE OS PROBLEMAS DE ACESSO
AO DIREITO À EDUCAÇÃO
DE 23 DE JUNHO A 20 DE AGOSTO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OUVIDORIA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Nacional de Ouvidorias de Defesa do Cidadão

ANADEP Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

NUPED DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência

COTUTELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Coordenadoria de Tutela Coletiva

ADPERJ Associação das Defensoras e Defensores do Rio de Janeiro

Mais de 600 famílias já responderam o formulário, agora só falta você!

Você é responsável por uma criança ou adolescente com deficiência, ou conhece alguém que seja?

O Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NUPED) está querendo entender melhor quais são os principais problemas que as crianças e adolescentes com deficiência enfrentam para acessar o seu direito à educação em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro. Por isso, nós da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública preparamos um canal para que os familiares de pessoas com deficiência possam nos enviar informações que serão fundamentais para que a Defensoria possa definir estratégias para garantir o direito à educação das pessoas com deficiência.

Preencha o formulário e compartilhe com mais pessoas para avisar a Defensoria sobre os problemas de acesso à educação. Não fique de fora dessa!

Preencha o formulário em: <http://bit.ly/educacaopcdri>

O link também está disponível na nossa Bio!

<https://www.instagram.com/p/Cv0ElwBJqBu/?next=%2F>



ÚLTIMOS DIAS!!! Ainda não participou da pesquisa da Defensoria sobre a educação de pessoas com deficiência no Rio de Janeiro? Esses são os últimos dias para ajudar a Defensoria a mapear os desafios enfrentados crianças e adolescentes nas escolas de todo nosso estado. Você não pode ficar de fora dessa!

Responda agora: <http://bit.ly/educacaopcdri>

Essa é uma pesquisa para ajudar o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NUPED) entender quais são os principais problemas vividos por esses jovens para acessar seu direito à educação. Por isso, nós, da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, preparamos um canal para que os familiares de alunos com deficiência possam nos enviar informações que serão fundamentais para que a Defensoria possa definir estratégias para garantir o direito à educação das pessoas com deficiência.

Se você é responsável por uma criança ou adolescente com deficiência ou conhece alguém que seja, não perca essa oportunidade! Preencha o formulário e compartilhe com mais pessoas para avisar a Defensoria sobre os problemas de acesso à educação.

Responda agora em: <http://bit.ly/educacaopcdri>

O link também está disponível na nossa Bio!

- Post da Defensoria

<https://www.instagram.com/p/Cuh4tRTrx7-/>



O Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (Nuped) e a Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio estão mapeando problemas

educacionais de crianças e jovens com deficiência em todo o estado. O objetivo é recolher dados para garantir o direito à educação dessa população.

A pesquisa online está coletando relatos e denúncias de responsáveis de crianças com deficiência em unidades de ensino públicas e privadas no Rio de Janeiro. Sua participação é fundamental!

Dados da DPRJ mostram que de janeiro a junho de 2023, foram atendidos 1.066 pedidos relacionados à mediação escolar de crianças com deficiência nos municípios fluminenses. Na capital, o Nuped já ajuizou mais de 100 execuções sobre o tema.

Precisamos mudar essa realidade! A Ouvidoria da DPRJ busca apoio popular para ações civis públicas e uma cobrança efetiva ao poder público. Juntos, podemos garantir a educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças e jovens com deficiência!

Para participar da pesquisa, acesse o nosso site.

3. O que as informações revelam

Ao longo dos quase dois meses em que ficou aberto (do dia 23 de junho ao dia 20 de agosto de 2023), o canal de envio de informações recebeu 862 respostas, sendo 830 delas respostas únicas (retiradas as duplicidades) de familiares, crianças e adolescentes com deficiência.

As respostas apresentam informações sobre a situação de escolas de 49 dos 92 municípios do estado (53,2% dos municípios do Rio de Janeiro), destacando a falta de amparo aos alunos durante o ano letivo.

Abaixo, agrupamos as informações recebidas por região dos Núcleos de Tutela Coletiva:

- 10 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 1º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Aperibé, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua);
- 54 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 2º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Mangaratiba, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Resende e Volta Redonda);
- 70 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 3º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Araruama, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema);
- 63 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 4º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti);
- 28 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 5º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Itaguaí, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados e Seropédica);

- 108 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói e São Gonçalo);
- 19 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Nova Friburgo e Teresópolis);
- 28 respostas indicam informações sobre municípios pertencentes à área do 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (Paracambi e Petrópolis, São Francisco de Itabapoana, Três Rios, Vassouras);
- 456 respostas indicam informações sobre a Capital fluminense, região de atribuição do NUPED.

Abaixo, segue a lista de municípios de onde vieram as respostas, com as respectivas quantidades de envios.

Município	Total de respostas 830	Porcentagem
Rio de Janeiro	456	54,94%
Niterói	51	6,14%
Duque de Caxias	38	4,58%
São Gonçalo	29	3,49%
Macaé	23	2,77%
Maricá	20	2,41%
São João de Meriti	17	2,05%
Barra do Piraí	14	1,69%
Cabo Frio	13	1,57%



São Pedro da Aldeia	13	1,57%
Nova Iguaçu	12	1,45%
Saquarema	9	1,08%
Mesquita	9	1,08%
Teresópolis	8	0,96%
Belford-Roxo	6	0,72%
Paraty	8	0,96%
Vassouras	7	0,84%
Angra dos Reis	7	0,84%
Campos dos Goytacazes	7	0,84%
Petrópolis	7	0,84%
Cachoeiras de Macacu	7	0,84%
São Francisco de Itabapoana	6	0,72%
Mangaratiba	6	0,72%
Itatiaia	5	0,60%
Itaboraí	5	0,60%
Casimiro de Abreu	4	0,48%
Iguaba Grande	4	0,48%
Resende	3	0,36%
Itaguaí	4	0,48%
Pinheiral	3	0,36%
Volta Redonda	3	0,36%





Araruama	2	0,24%
Barra Mansa	2	0,24%
Magé	2	0,24%
Nova Friburgo	2	0,24%
Piraí	2	0,24%
Queimados	2	0,24%
Nilópolis	2	0,24%
Rio das Ostras	2	0,24%
Aperibé	1	0,12%
Bom Jardim	1	0,12%
Porto Real	1	0,12%
Santo Antônio de Pádua	1	0,12%
Seropédica	1	0,12%
Três Rios	1	0,12%
Cantagalo	1	0,12%
Guapimirim	1	0,12%
Itaperuna	1	0,12%
Paracambi	1	0,12%

Não obtivemos respostas dos municípios de Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Italva, Itaocara, Japeri, Laje do Muriaé, Macuco,



Mendes, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Porciúncula, Quatis, Quissamã, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Silva Jardim, Sumidouro, Tanguá, Trajano de Moraes, Valença e Varre-Sai.

Quanto a esses municípios, uma chamada mais localizada e estratégica, com incidência para além das postagens tradicionais nas redes sociais da Ouvidoria e da Defensoria, poderá trazer mais informações.

Quanto ao tipo de deficiência das crianças e adolescentes (campo onde era possível marcar mais de uma opção):

- 398 crianças e adolescentes citadas na pesquisa estão enquadradas no **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**
- 335 crianças e adolescentes citadas na pesquisa têm algum nível de deficiência **Mental**
- 71 crianças e adolescentes citadas na pesquisa têm algum nível de deficiência **Física**
- 25 crianças e adolescentes citadas na pesquisa têm algum nível de deficiência **Visual**
- 23 crianças e adolescentes citadas na pesquisa têm algum nível de deficiência **Auditiva**
- 29 crianças e adolescentes citadas na pesquisa têm algum nível de deficiência **Intelectual**
- 8 crianças e adolescentes citadas tem **Superdotação/Altas Habilidades**
- Também houveram 131 respostas no campo **Outros**, onde se destacou o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

Quanto às principais denúncias (campo onde era possível marcar mais de uma opção):

- 476 famílias destacaram que o(a) **Aluno (a) não é assistido por professor de apoio educacional especializado;**
- 260 famílias destacaram que há **Falta de adaptação curricular ao aluno com deficiência;**
- 254 famílias responderam na opção **Outros**, com destaque para: falta de mediador, falta de intérprete e instrutor de libras e braille, falta de sala multifuncional, entre outras situações que fazem, inclusive, com que alguns alunos e alunas com deficiência não possam frequentar as aulas;
- 216 famílias destacaram que **Há professor de apoio educacional especializado, mas atende muitos(as) alunos(as) ao mesmo tempo;**
- 173 famílias destacam a **Falta de material adaptado ao aluno com deficiência (livros em braile, lápis grosso, etc.);**
- 137 famílias destacaram a **Redução de carga horária escolar do aluno;**
- 118 famílias destacaram a falta de **Infraestrutura (sala de recursos; biblioteca; quadra; etc.);**
- 98 famílias destacaram que as **Salas de recursos multifuncionais estão fechadas;**
- 83 famílias destacaram a falta de **Alimentação escolar (insuficiência, adaptação às restrições alimentares etc);**
- 53 famílias destacaram a **Falta de material escolar e/ou uniforme;**
- 50 famílias destacaram a dificuldade com o **Professor da turma;**
- 43 famílias destacaram a falta de **Transporte escolar acessível (negativa de acesso, condições precárias, atrasos etc);**
- 23 famílias destacaram a dificuldade com **RioCard escolar (criança e/ou responsável) negado;**
- 19 famílias destacaram o **Rodízio escolar de alunos(as);**

- 5 famílias destacaram a **Falta de material coletivo (cadeiras; pratos; mat. limpeza; etc.)**

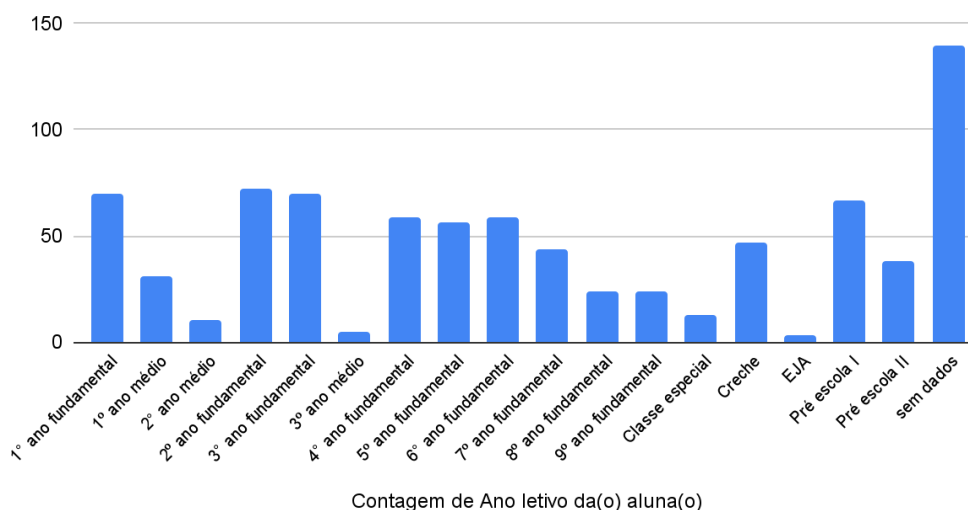
Quanto ao ano letivo dos(as) alunos(as):

- 18,3% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão na educação infantil (incluindo Pré escola I, Pré escola II e Creche);
- 3,7% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 1º ano do ensino fundamental;
- 8,7% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 2º ano do ensino fundamental;
- 8,4% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 3º ano do ensino fundamental;
- 7,1% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 4º ano do ensino fundamental;
- 6,7% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 5º ano do ensino fundamental;
- 7,1% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 6º ano do ensino fundamental;
- 5,3% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 7º ano do ensino fundamental;
- 2,9% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 8º ano do ensino fundamental;
- 2,9% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 9º ano do ensino fundamental;
- 1,6% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão estudando em classes especiais;
- 3,7% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 1º ano do ensino médio;



- 1,2% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 2º ano do ensino médio;
- 0,6% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão no 3º ano do ensino médio;
- 0,4% das famílias respondentes indicam que os seus alunos estão cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Outros 16,8% das famílias respondentes não apresentaram dados contundentes/claros sobre o ano letivo dos seus alunos.

Ano letivo da(o) aluna(o)



Contagem de Ano letivo da(o) aluna(o)

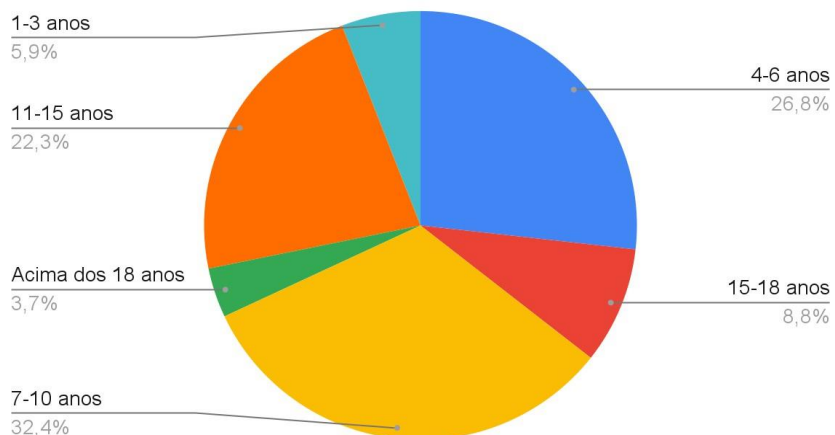
Quanto à idade dos alunos:

- 32,4% estão entre 7 e 10 anos de idade;
- 26,8% estão entre 4 e 6 anos de idade;
- 22,3% estão entre 11 e 15 anos de idade;
- 8,8% estão entre 15 e 18 anos de idade;
- 5,9% estão entre 1 e 3 anos de idade;
- 3,7% estão acima dos 18 anos.





Contagem de Idade da(o) aluna(o)

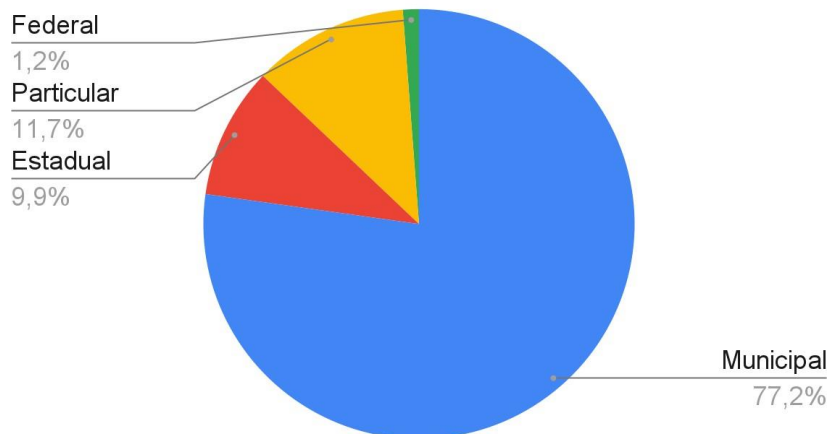


Quanto à esfera da escola:

- 77,2% das respostas são referentes a escolas/colégios da rede municipal de ensino;
- 11,7% das respostas são referentes a escolas/colégios da rede particular de ensino;
- 9,9% das respostas são referentes a escolas/colégios da rede estadual de ensino;
- 1,2% das respostas são referentes a escolas/colégios da rede municipal de ensino.



Contagem de A escola é:



Alguns relatos

Além dos dados, o canal criado para envio de denúncias sobre falta de amparo às escolas a pessoas com deficiência possibilitou o envio de declarações livres das famílias para a Defensoria Pública.

Com a finalidade de garantir escuta das vozes dessas famílias, que muitas vezes reclamam serem invisibilizadas, optamos em publicar as suas palavras livres neste relatório:

Mensagens livres enviadas pelas famílias e estudantes com deficiência à Defensoria (anonimizadas)



Na primeira semana da creche da minha filha assinei um termo que a creche alegava que eu deixava minha filha na unidade suja de fezes .

E isso me deixou triste por minha filha não falar muito e não pedir pra ir no banheiro .

E agora minha filha que tem seletividade alimentar não se alimenta na unidade e eles não querem que eu possa dar alimentação dela . .E nessa semana escutei de uma auxiliar que [REDACTED] não bebe água na sala se aula então eu levei ela no pediatra e fiz exame e constatou infecção urinária. Ou seja ela não tem mediador na sala para poder auxiliar ela nessas necessidades

O bairro aonde moramos as escolas só vão até o 5º ano,tendo que mudar de escola para outro bairro de Duque de Caxias,ou outro município como Belford Roxo,São João de Meriti,etc.Mas ao buscarmos escolas para matrícula de 2024 mesmo sendo particulares,ao perguntar sobre mediadores a direção nos enrola e não responde nossas perguntas e no final falam que não podem aceitar matricular meu filho pois não atende o que ele necessita,meu filho autista verbal acompanha a turma só que algumas tarefas necessita de ajuda,e as escolas dizem que é um gasto a mais que eles não tem condições de adquirir. 2024 meu filho terá que mudar de escola,e nenhuma das outras escolas da região tem mediadores escolar,nem nos municípios de Duque de Caxias,Belford Roxo,São João de Meriti,nenhuma escola particular tem esses profissionais,e quando solicitamos como responsáveis as escolas questionam e não aceitam matricular o aluno

Sou mãe atípica de um menino autista nível 3 - não verbal irmão caçula o aluno em questão.

Meu filho [REDACTED] que está no ensino fundamental, já têm a rotina muito atípica dos outros alunos. Eu não tenho rede de apoio, e ele precisa ir comigo para as terapias do irmão autista.

Além de ter o problema do horário (pedi ajuda para transferir para escola [REDACTED] que possui horário manhã ou tarde). Na escola em que meu filho estuda atualmente oferece 3 turnos meu filho estuda de 11h às 14:40h.

Nesse ano de 2023 o aluno mudou de turno e turma. Não se sentiu acolhido pela turma, já aconteceu dele ser agredido na escola por um colega de turma. Mesmo eu indo conversar com orientadora pedagógica. Meu filho não quer ir pra escola, o neuropediatra solicitou avaliação neuropsicológica.

O caso do aluno [REDACTED] é sobre a interação social, ele é muito ingênuo e infantilizado dificulta na convivência com os colegas na escola.

Já informei a orientadora pedagógica e pedi ajuda. Ele relata que prefere ficar solitário. E não estou





conseguindo ajudar eu já faço tudo o que está ao meu alcance. Os responsáveis da área pedagógica da Escola [REDACTED], não têm preparo (certamente não estão fazendo cursos de especialização para saber lidar com alunos atípicos).

Sempre vou na secretaria da escola pedir ajuda da equipe pedagógica e educacional, já levei os comprovantes das consultas periódicas com psicologia e fonoaudiologia. Já mostrei o pedido de avaliação neuropsicológica ainda estou aguardando as avaliações pelo SUS.

O tempo se passa e meu filho não está sendo assistido de forma adequada no ambiente escolar. Tenho muito medo que agrave a situação psicológica dele e possa agravar ao invés de ter resultados positivos.

Já é a segunda denúncia que faço sobre a escola. A primeira era sobre capacitismo, mandei por e-mail pois tinham documentos anexos.

Dessa vez aconteceu foi que com [REDACTED] frequentando todos os dias notei que sempre o lanche dela da terapia era consumido na escola. Ou seja, eu mandava lanche na mochila para a terapia mas era consumido na escola. As professoras já contavam com esse lanche vendo o que eu tinha mandado para oferecer para a [REDACTED].

Um dia, pela professora da sala de recursos, por acaso ela deixou escapar que [REDACTED] não tinha almoçado porque era macarrão e lentilha (quarta vegana) e [REDACTED] não pode comer macarrao pela restrição alimentar dela. Ou seja, ofereceram somente lentilha e obviamente ela não comeu. A minha surpresa foi descobrir que há mais de um ano [REDACTED] não tinha cardápio adaptado mesmo eu tendo mandado o atestado para a escola.

Confirmei com a escola e realmente a nutrição não tinha mandado orientações. E a escola não me avisou nada em 1 ano e meio!!!!

Peguei minha filha, dei almoço pra ela e fui na [REDACTED] revoltada. Reclamei com o setor de nutrição e falaram que não sabia o q tinha acontecido, que na semana seguinte [REDACTED] já teria cardápio adaptado. Demorou mais um mês.

Agora sim [REDACTED] finalmente tem cardápio adaptado. Mas todas as funcionárias da escola me bloquearam no WhatsApp por mais esse episódio. Agora meu único vínculo com a escola é o WhatsApp da escola q nunca respondem. Como se eu fosse a culpada!!!! Não tenho mais acesso a





vídeos e questões rápidas sobre a [REDACTED] pq a professora da sala de recursos foi obrigada pela diretora a me bloquear. É absurdo!

A fundação erra novamente. A escola negligência e esconde de mim. E eu q sou a errada!

Eu vejo que a escola se esforça, mas ainda falta algumas questões. Por exemplo: minha filha come uma parte da comida via oral (papinha batida) e uma parte via sonda de gastronomia GTT (que é segura e qualquer pessoa pode operar se aprender). As pessoas tem medo de oferecer alimentos em qualquer das suas opções. Pra minha filha não ficar com fome, eu tenho que me ajustar pra ir na escola dar a comida. As pessoas confundem a GTT com a sonda nasogástrica que precisa de formação técnica pra manusear. Não são a mesma coisa. A GTT qualquer pessoa pode usar porque é seguro. É só passar o passo a passo e qualquer um pode manusear.

*** Também precisa adaptar as aulas de Educação Física pra incluir cadeirante.

O aluno nessecita de um professor de apoi pra ajudar nas atividades a 3 anos que ele esta sem e atrapalha muito no aprendizado dele pq elr é muito inteligente mas sozinho fica muito complicado o professor faz a tarefa com ele assim que ele chega na escola e dpois tem que da atenção a tirma e ele fica sem fazer nada. Por isso é peço que vcs consigam umprofessor de apoio pra ele.

Necessário o envio de um mediador , para auxiliar o meu filho [REDACTED] a desenvolver o aprendizado pois ele apresenta dificuldades de aprendizagem e precisa de atenção especializada e focada nele , [REDACTED] foi diagnóstico com o transtorno do espectro autista nível 2 , logo possui dificuldades em fixar o conteúdo disciplinar e precisa de atenção exclusiva , a divisão de atenção da professora com os demais alunos está prejudicando o seu desenvolvimento escolar , portanto precisa de uma atenção maior e mais focada , além da questão de aprendizagem precisa de alguém que seja seu guardião em tempo integral para que monitore suas reações de convívio com as demais crianças e monitoramento quanto sua higiene pessoal pois precisa acompanhamento de perto e incentivo para executar todos os tipos de atividades com frequência.

As escolas precisam de mais preparo para atender as crianças com necessidades especiais em geral o período que estava indo com meu filho vi muita precariedade em relação as crianças especiais as escolas precisam se atualizar sobre as condições dos alunos meu filho passa por uma sala de recursos aonde a professora não tem paciência e diz que a culpa dele ser assim pois o grau do meu filho é severo e ele muitas vezes não aceita comandos ela diz que ele é assim por minha





culpa e que devo avisar o médico ué mais do que eu falo meu filho tá na fila do neuro a 7 meses desde que me mudei pra esse município a escola não tem mediador(a) estou sem poder levar ele pois tenho uma bebê de 1 ano e 9 meses e não tenho com quem deixar queria saber o que o município pode fazer pra ajudar nossas crianças pois as escolas estão sem preparo nenhum!

Meu filho [REDACTED], ficou na fila de espera quase dois anos pra conseguir uma mediadora, quando enfim conseguimos, a dele ficou pouco tempo, pois a transfiram a mesma pra outro setor e o msm até essa data de hj n consegui o substituta, eu nem se quer fui orientada por ninguém q ele ficaria sem só soube pela professora, esse ano já fui na escola levei novamente os laudos ressaltando a importância do meu filho ter essa mediadora, liguei pra [REDACTED] cre, e falaram q no momento não tem nenhuma, e que n sabe quando vai ter, quer dizer sofri pra conseguir a vaga e sofro novamente p conseguir de novo, e frustrante ver seu filho ir e volta triste e falar q estar triste pois a nota q tá tirando e RI, porque tá tendo as mesmas atividades q os outros alunos sendo q tem. laudos constatando sua deficiência

MEU FILHO AINDA NAO TEM MEDIADOR E SALA DE RECURSOS. TEM UMA ESCOLA EM FRENTE A CRECHE QUE TEM SALA DE RECURSOS PORÉM ELE NAO É ASSISTIDO NA MESMA E NAO SEI O MOTIVO. O MEDIADOR NAO FOI ENVIADO E MEU FILHO PRECISA PARA DESENVOLVER NO APRENDIZADO, É UM DIREITO DELE.

Mei filho faz acompanhamento médico dês de 2015 o mesmo foi diagnosticado com TDHA, sendo assim a escola não vem prestando a atenção necessária que ele PRESCISA, venho tendo diversos problemas na escola por essas questões, meu filho hoje em dia não quer mais frequentar a escola por conta do bullying que ele sofre, e pela negligência da diretora que trata meu filho como se ele não tivesse Cid nenhum, a escola tem toda documentação necessária do meu filho sobre o Cid que ele tem, e mesmo assim não fazem nada por ele tratam ele como qualquer criança normal, e isso para mim que sou mãe dói muito por brigo todas as vezes pelo direito do meu filho e mesmo assim não adianta nada, amanhã estarei indo a [REDACTED] cre para pedir a transferência do meu filho para outra escola, para que assim ele volte a frequentar.

A 2 anos venho fazendo a investigação para os transtornos do aspecto autista e o TDHA já em janeiro desse ano com o laudo de TDHA do meu filho já fechado eu recebi a negativa da escola sobre o acompanhamento de monitoria do meu filho e esse mês fechou o laudo do TEA mesmo com o pedido da psicóloga que fez as avaliações no meu filho a escola negou o monitor e disse que preciso do laudo de um neurologista estou aguardando a consulta do meu filho para me entregar o





laudo definitivo mais o não eu já tenho desde o início do ano com o laudo definitivo para TDHA mesmo sendo lei no pai eu não consegui vou seguindo com minha luta silenciosa e muito desgastante contra o sistema e a favor do meu filho.

A secretaria de educação municipal de [REDACTED] se recusa a oferecer agente de apoio à criança que possui autonomia física, dando prioridade às com deficiência física e à Autistas mais severos. Minha filha é portadora do TEA nível leve e TDAH, por isso não consegue sozinha acompanhar a turma e manter o foco por mais de alguns minutos, prejudicando assim, o aprendizado num ano tão importante que é da alfabetização. As crianças de sua turma já conseguem ler e ela nem sequer juntar as sílabas de uma só palavras direto. Seu caderno de aula está sempre com as atividades pela metade ou não feitas. A Orientadora do [REDACTED] dispôs para ela, de forma autônoma uma agente de apoio de outra criança de outro turno, mas a mesma só pode ficar com ela por uma hora apenas devido seu horário, eis o motivo pelo qual as atividades pela metade. Já fui pessoalmente na SME, mas sem sucesso. Já fizeram um processo seletivo no município no ano passado, mas mesmo assim, apenas algumas crianças com Autismo mais severo foram contempladas. A lei Berenice Piana garante Agente de Apoio para todas as crianças portadoras do TEA, e não apenas para as mais severas.

[REDACTED] está afastado de sala de aula (turma regular) desde o ano de 2020 por falta de professor de apoio especializado.

Frequenta apenas sala de recursos 2 vezes por semana por 50 minutos e só.

A escola por anos não encontra uma solução e só pede que eu aguarde.

Más quem sai prejudicado é o meu filho que está quase entrando na adolescência e nem foi alfabetizado..

Precisamos com urgência de professor de apoio para que o Mateus possa voltar pra escola, frequentando turma regular.

Desde já agradeço.

[REDACTED]

Mesmo apresentando laudo médico diagnóstico e da escola reconhecer a necessidade de mediador para o aluno, o mesmo segue sem mediador tendo seu desempenho escolar comprometido. A direção da escola já tentou por várias vezes junto a diretoria competente conseguir o profissional mais até a presente data só recebemos negativas. A escola informou que a última contratação de





mediador realizada em concurso já tem pelo menos 15 anos e que não foram feitas reposição dos profissionais que se aposentaram .

Minha filha nunca teve um professor de apoio para ela, a professora dela fica com 3 crianças com deficiências diferentes e ao meu ver minha filha precisa de mais atenção para desenvolver a rotina escolar e o conteúdo pedagógico. Na alimentação a escola decretou 400 gr de comida em dias que minha filha está acordada vem pra casa ainda com fome e eu tenho que dar almoço a ela novamente, quando questionei na direção me foi passado que foi ordem da Cre e elas não podem dar mais do que 400 gr de alimentos. Muitas das vezes não dou a fruta oferecida pela escola pois quando se trata de uma fruta dura como melão ou melancia não tem outra opção , quando se trata de tangerina é descascada é cortada ao meio eu acho anti higiênico e pouca quantidade deveria ser uma fruta pelo menos por aluno, no caso do mamão é cortado é oferecido um cubo por aluno, no caso do caqui também é partido ao meio. As vezes quando não tenho nenhuma fruta em casa peço um caqui inteiro para dar a [REDACTED] e a moça da. Mas as outras opção eu nunca solicitei, prefiro deixar pra lá e não me aborrecer. Pois é chato ter que brigar pelo alimento que é direito da minha filha. Quanto a quantidade de comida não sei se elas estão certas, mas acredito que deveria ser oferecido o quanto a criança come normalmente fica chato a criança ir para casa ainda com fome. Penso que nem todas as famílias possam ter a alimentação para oferecer ao filho ao chegar em casa.

Ola boa tarde vejo algumas dificuldade de se comunicar com a professora e adultos minha filha é bem esperta ela fala mais na escola ou em qualquer outro lugar ela se recusa a responder tudo que a pessoa pergunta compreende as tarefas mais mesmo assim tem dificuldade de interação só consegue fazer e entender se explicar pra ela sozinha até em casa mesmo tem dificuldade de obdecer comandos tenho que falar umas três vezes pra entender o que quero que faça ou começa a chorar sem motivo ou quando quer alguma coisa e não consegue dizer o que quer estou acompanhando ela com psicologa e está aguardando Consulta com neuropediatra infantil pra fechar o laudo pois tudo pelo sus demora é uma fila enorme agradeço desde já aguardo resposta..

A aluna está desde o ano de 2022 matriculada já foi entregue todos os relatórios dos profissionais que estão acompanhando, informaram que em março de 2023 estaria sendo acompanhada por mediador, porém até a presente data sem acompanhante informaram que a prefeitura não está disponibilizando. Referente a alimentação a mesma possui seletividade, e não consome nada na





escola , e não foi liberado levar nenhum tipo de alimento.

Minha filha tem 3 anos e 9 meses e está na creche ,porém como eles não medem a glicose dela eu tenho q ir a cada 3 horas na creche p está verificando sua glicemia pois a mesma apresenta diversas hipoglicemia e hiperglicemia muito rápido pois seu pâncreas não fábrica mais a insulina. Por esse motivo é d extrema necessidade q tenha nas escolas e creches uma pessoa especializada . Espero q nosso governo olhe pelos nossos filhos q são o futuro da nossa nação .

Desde 2000 cobro a escola para apresentar o PEI (plano de ensino individualizado) já nos primeiros dias de ano letivo e explico que deve englobar todas as disciplinas. Quando entregue, somente o fazem no final do 2o semestre, incompleto e sem a participação da família. Todo o ano muitos professores não sabem das necessidades do meu filho e ele sofre com isso. Acham que ele é preguiçoso e já ficou sem recreio por conta disso, uma professora desse ano o constrange, chamando pelo nome toda a hora, quando eu já expliquei que deve fazer um combinado com ele, como passar a mão no ombro, os professores dão vários comandos e não seguem a orientação das terapeutas de dar comando simples e por etapas, tudo o que deixa a criança cada vez mais frustrada. Na aula de música, simplesmente o mantém excluído, com a professora regente porque não buscaram a adaptação da aula para ele, a escola se recusa a fazer o PEI englobando todas as disciplinas, descumprido a lei. A escola aboliu a agenda física, deixando somente o Google Classroom, que é impossível para meu filho se organizar com ela já que a informação não é objetiva. Não há contraturno com aee.

A criança com necessidade especial mental precisa de um mediador na escola para melhor aprendizado. Como hoje é uma realidade de termos quase em todas as salas crianças com necessidades especiais, deveria ter na escola uma sala preparada para atender estas crianças no momento de crise sensorial e outras, assim junto com o mediador teria um ambiente mais tranquilo onde fosse trabalhado as necessidades do aluno para que o mesmo não tenha prejuízos educacionais. Hoje a realidade da escola municipal de [REDACTED] é que não tem mediador e apenas agente de apoio, sendo que não é um por aluno que precisa. Então gostaria que os direitos da criança com deficiência acontecesse na prática. Então minha denuncia é sobre ter um apoio educacional especializado e estrutura escolar para atender a criança com cronograma educacional adaptado a necessidade da criança.





Esse ano já se vai a terceira escola onde meu filho e matriculado,pq as anteriores alega não ter apoio adequado para ele e simplesmente encerra a matrícula pedindo q eu o matricule ele em outra escola,eu fico desesperada pq as escola do rio de janeiro nenhuma tem esse preparo e apoio as crianças com necessidades especiais,nós pais ficamos sem voz perante a sociedade q não nos apoia apenas diz a e uma criança doente q não vai aprender nada então deixa fazer oq se a prefeitura não faz nada isso eu já ouvi em várias escola,até pq alguns anos atrás eu ficava dentro das escolas da hora da entrada até a saída para ajudar meu filho q com problemas psiquiátrico fugia da escola,e simplesmente a diretora da escola coloca ele para ficar em casa 15 dias,20 como se isso fosse resolver o problema,e qnd ele sai de uma escola eu como mãe sinto como se os funcionários dessa escola fala se q alívio se livramos de um problema,mas meu filho não e um problema ele e mais q uma criança especial ele e o meu filho q eu amo como eu amos todos os outros,meu coração sangra qnd um diretor da escola vem e me fala mãe as crianças tem medo dele só q não ele não e bicho são vcs q não sabe lidar com ele eu ouço isso com muita frequência,vcs não tem noção o qnt eu choro no banho no calar da noite sem ninguém ver 🇧🇷 🇧🇷 🇧🇷

O colégio [REDACTED] é inclusivo porém, necessita de muitas mudanças para isso. A escola sempre cria impedimento quando a psicóloga que assiste meu filho quer ir na escola fazer reunião ou até mesmo esclarecer algo sobre como o manejo do meu pequeno com as crises. Quando tem apresentação sai completamente da rotina. Sendo que várias mães já pediram pra manter a rotina deixando a apresentação pro final. Meu filho nunca chega no horário da entrada porque sai tarde das terapias e quando chega no colégio uma demora para buscá-lo na portaria (deixando ele bem irritado, fazendo ele desregular). Tivemos que pagar uma assistente terapêutica para acompanhá-lo e ajudá-lo porque ele não verbaliza e se irrita quando usa a linguagem alternativa dele e as pessoas não entendem ou não se interessam. Com isso a escola se negou o desconto (negou mediação, negou desconto entre outras. Peço que me ajudem nessas questões porque, não é só meu filho mas, nessa escola são muitas crianças especiais precisando de profissionais qualificados.

A escola precisa de profissionais com mais conhecimento dos casos e local pra q eles permaneçam quando não se sentem bem, pra exemplo uma sala adaptada pra dar suporte nos momentos em q há incomodo como agitação e barulho , ou fazer prova com mais tranquilidade, 1mediadoras por criança seria o ideal, (falta enorme de mediadoras capacitados) os poucos q temos tem q cuidar de 2 ou 3 crianças e cada uma tem uma necessidade diferente, outros atendimentos como





músicoterapia relaxamento, e tbm salas e professores apropriados para ensino adequado ao aprendizado com base na capacidade de cada criança, e não apenas colocados dentro das salas de aulas, pq nem todos conseguem acompanhar as aulas etc., Ter manifestos de conscientização para q outros alunos possam compreender e até auxiliar os colegas autista pcds no geral, informação e adaptação entre alunos é extremamente importante. , Equipamentos como Fones anti ruídos cadeiras adaptadas , cadeiras de rodas entre outras coisas q podem facilitar a permanência na escola

Meu filho não tem mediador para ele, pois é direito dele e ele precisa para auxilia-lo nas atividades escolares, mas a direção da escola diz que ele não tem direito porque "não tem cara de autista". Nunca tem uniforme para meu filho, ele precisa de uniforme porque só tem uma camiseta, muitos amiguinhos de turma dele ganharam uniforme, mas ele não ganhou nenhum. A camiseta que meu filho tem faz dois anos que tem ela e já está ficando perdida e eu não tenho condições de comprar. Meu filho não se alimenta na escola devido a seletividade alimentar que é muito grande e a direção da escola diz que não pode fazer nada à respeito porque só segue ordem da SEMED e a alimentação dele não pode ser feita.

É um absurdo meu filho ficar de 07:30 até 11:30 sem comer nada na escola.

Solicitei a CRE juntamente a escola o transporte para alunos especiais da prefeitura, pois [REDACTED] está tendo rigidez e desorganização ao entrar no ônibus na ida e vinda da escola e isso tem impactado em sua frequência escolar, porque [REDACTED] tem sensibilidade auditiva, sensibilidade a lugares muitos cheios e pela manhã ao entrar no ônibus isso acaba desorganizando totalmente ele e está sendo muito ruim porque ele tem uma rotina de escola e terapias quando ele falta a escola muda totalmente a rotina dele e autistas tem uma rigidez terrível com mudanças de rotina.

Obtive a seguinte resposta da [REDACTED] CRE:

3) Transporte em ônibus adaptados ou vans adaptadas (submetido a um contrato e somente oferecido a alunos deficientes físicos, com baixa mobilidade e/ou cadeirantes). Nesse caso, o aluno [REDACTED] não se enquadra aos critérios.





A [REDACTED] CRE é extremamente difícil para resolver quaisquer situações em benefício as crianças com necessidades especiais, a equipe da educação especial dificulta ao máximo exatamente todas as solicitações e eu estou prestes a entrar com uma ação por preconceito e discriminação a um setor que deveria ser de inclusão. [REDACTED] tem 5 amigos de outras CRE que fizeram a solicitação e em uma semana estava resolvido e todos são autistas sem mobilidade reduzida ou de locomoção.

Visto que no próprio site da prefeitura não diz nada sobre e que meu filho necessita, não é um mero capricho da minha parte solicitar o que é de direito do meu filho.

Eu peço que por favor olhem por mim e por meu filho, porque se eu depender da inclusão da [REDACTED] CRE nunca conseguirei seguir a diante.

Boa noite estou passando por uma situação com o meu filho [REDACTED] muito difícil colocaram ele numa escola a onde nao tem transporte eu ando quase 1 hora com o meu filho ate chegar a escolar dele meu filho tem autista e não tem intestino fora outros problema de saude ja fui na [REDACTED] cre e eles falaram que não poder fazer nada pelo meu filho to sofrendo com o meu filho andando no sol e chuva pra levar ele pra escola por favor me ajudar (uma mãe desesperada to tendo ate crise de ansiedade) preciso de ajudar obrigado

No caso do meu são terapias meu filho é autista teve alta de fono,e vários tratamentos q fazia falando q alcançou o objetivo,sendo ele é autista o município não dá suporte direito,eles falam q se tiver num tal de convênio Ceer não pode ir pro da prefeitura,sendo q meu filho nem fala direito,ele fazia psicologia deram alta jogando pra outro setor do município não pode num ambiente porém pode no outro,fica bem distante 30 min só de terapia pra chegar lá tem q pegar 2 ônibus coisa q estamos com problema na cidade ,meu filho não aguenta a demora dos.onibus , então deixaram ele só com psicopedagogo ,a gente pergunta fala q não pode ter 2 convênio da prefeitura e esse Ceer sendo q eles mexeram ,meu filho tem 11 anos não sabe ler escrever, precisa de ajuda pra absolutamente tudo ele alcançou ,mentira,autista não reabilitação dias melhores dias piores.



Estamos em uma escola com estrutura inadequada para especiais. Dividimos o local com outras escolas, existe por conta disso muito barulho de campainhas, correria, gritaria, brigas. Autistas precisam de ambientes tranquilos. Não temos pátio. Nosso refeitório foi improvisado, está pequeno para a quantidade de alunos, não tem pia para a lavagem de sondas. Queremos outro local para abrigar nossa escola. Não existe vaga de especial tornando difícil o desembarque dos alunos que chegam em conduções próprias, necessitamos de pelo menos 3 vagas de especiais no entorno. A Escola só possui uma AAEE, precisamos de mais duas pelo menos, são muitos especiais para uma funcionária só dar conta. A sala de recurso, toda equipada, está fechada por falta de professora. O transporte não pode ser utilizado para aulas passeio, o que é um absurdo, pois o ônibus e as vans são totalmente adaptados para transportar esses alunos com múltiplas deficiências. Vale ressaltar que os mesmos transportes faziam esse tipo de atividade há alguns anos. É muito difícil um aluno ir para uma aula passeio sendo portador de necessidade especial, imaginem cerca de 50 alunos, entre eles vários cadeirantes. Tentem imaginar todos saindo da aula passeio a dificuldade que é voltar para casa, um ponto de ônibus com 50 especiais esperando um ônibus com adaptações para todos. Impossível!

A turma superlotada dificulta o trabalho da professora e conseqüentemente o bom aproveitamento acadêmico do aluno que precisa de um ambiente tranquilo para desenvolver o aprendizado que precisa ocorrer em um ambiente adequado evitando assim distrações.

A lei 12.764/12, garante o acompanhamento de profissionais especializado porém desde o ano passado mesmo com o ofício da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro não consegui um acompanhante exclusivo para meu filho. Nos anos anteriores a pandemia era possível alguém que ficasse exclusivamente com ele, que o redirecionasse sempre que possível e auxiliasse na aquisição de conhecimentos. Porém após a pandemia isso não ocorre mais. Há somente uma agente de apoio a educação especial que se divide para todas as crianças da escola.

Ou seja o direito a um acompanhante especializado não é cumprido na íntegra.

Ele precisa de um acompanhante terapêutico treinado, especializado e preparado para atendê-lo dentro de suas necessidades específicas é isso que precisamos.



Meu filho chegou nessa escola em abril, ao chegarmos o acolhimento foi péssimo. Fui conhecer a professora de 1 mês depois. E fiquei chocada com o horário. Eu pedi vaga pra lá pouca do horário. Pois, sou mãe solo e preciso trabalhar. Quando fizemos a matrícula a pessoa da secretaria disse que na primeira semana a adaptação seria 30 minutos. 2 semana 1 hora e assim iria aumentando o horário.... fiquei apavorada, mas ainda fui os primeiros dia e então consegui conversar com a professora de educação especial. Que me disse que não podia fazer muita coisa por mim sobre o horário e sempre usava a falta de mediador como motivo principal de fazerem aqueles horários "especiais" e disse que o que ela poderia fazer era colocar ele de 9:00 as 10:30 e tentar dar o almoço. E que não podia ficar mais tempo por que ele ainda não havia desfrutado total e não tinha ninguém pra trocar fralda que la era uma escola e não creche. Fiquei cerca de 2 semanas levando nesse horário e voltei a cobrar o cumprimento do horário. E algumas mães que tambm tem filhos especiais me alertaram que a hora que eu começasse reclamar elas ia sugerir a transferência. E foi exatamente o que aconteceu. Depois de muito eu cobrar ela me chamou pra uma reunião e na reunião sugeriu que eu procurasse uma escola pra especial. E deu dois nomes u m na [REDACTED] e outro no [REDACTED]. E imediatamente começou a busca junto ao IHA a transferência do meu filho. Em meados de junho conseguiram a transferência para a escola [REDACTED], fui buscar o memorando e ao chegar na escola de igual modo o atendimento foi péssimo. A responsável [REDACTED] já chegou perguntando se ele era incluído, eu respondi que é ela num tom bem irritada me falou não eu não posso receber seu filho eu não tenho vaga para incluído....

Então, liguei pra [REDACTED] CRE e conversei por cerca de meia hora com [REDACTED] e por fim reafirmou que não receberia meu filho na escola. Fui embora.

Na segunda feira seguinte fui na CRE e falei com [REDACTED] que de inicio me perguntou se eu realmente queria que ele fosse pra [REDACTED] e eu disse que ela tinha sido muito enfática de que não o receberia. Foi quando ela voltou e perguntou se eu gostaria de continuar na [REDACTED] e eu disse que sim. Tendo em vista que meu filho gostava do AAEE e ha estava a beiras das férias. Essa mudança o deixaria ainda mais desorientado. Por fim mandou que eu voltasse pra escola com ele no dia seguinte.

E la ele sempre comeu bem, sempre aceitou a refeição.,

Na terça feira voltamos e apartir daí elas aumentaram mais 1 hora e meia na terça feira por que falei que fazia um curso. E desde então, todos os dias elas dizem que meu filho não aceita a comida, que ele é agressivo, sendo que em todos os lugares é tudo contrario, ele não é agressivo, pede pra fazer



xixi e coco. Ele ama água bebe muita água. E elas apartir desse retorno dele elas dizem que Ele não aceita a comida, não bebe água, não pede pra fazer xixi. E continuaram dizendo que o horário não teria como mudar por que não tem mediador e ele precisa de um mediador integral. Comecei a mandar ele sem fralda e elas me devolviam com fralda. O que atrapalha completamente o resultado e ainda deixa a cabecinha da criança confusa. Então, tivemos uma reunião pra deixar tudo acordado em ata. E essa reunião aconteceu com a responsável do [REDACTED] e nada mudou. Veio as férias. Na volta as aulas soube no primeiro dia que ele tinha um mediador. Soube pelo Aaee porque nenhum dos responsáveis da escola me falaram. Quando fui perguntar sobre o horário ela disse que nada mudaria. Eu questionei. Mas, o horário não era por que não tinha mediador? Agora tem... qual o motivo agora? A [REDACTED] professora de educação especial me responder que a turma tinha 3 crianças especiais e que teria que dividir o mediador. No dia seguinte fui na Cre voltei a falar com a [REDACTED] e com a responsável do [REDACTED] que estava lá. Ela ligou pra escola e disse que estava resolvido que eu podia leva lo no horário normal

E aí no primeiro dia não me falaram nada. Depois começaram axfala que ele não estava comendo. Mas, só me avisaram no final do dia quando ia busca lo. Resultado ele está resfriado. Por que qualquer imunidade baixa quando fica muito tempo sem se alimentar.,

Não sei mais o que fazer. Pedi pra elas filmasse pra eu entender por que ele não estava aceitando a comida . Disseram que não podiam. Quando perguntei sobre o cardápio tambm não tive respostas. E a [REDACTED] disse que que não tem como saber tudo e que ele teriam que comer o que era oferecido pros outros. Assim eu continuo sem poder trabalhar. Com meu filho doente e quando falta rapidinho ameaçam informar conselho tutelar.

A carga horário é reduzida, 1h por dia. Porém não é feito um trabalho efetivo, não há material adaptado. Fiz a compra de um adaptador de lápis por pedido da professora, porém ela não faz uso. Não existe prancha de comunicação, uso de sala de recurso ou provas adaptadas. Anteriormente a pandemia o aluno estava em turma regular com mediador, no retorno após a pandemia a CRE me sugeriu a possibilidade da sala especial. A proposta é que seja um trabalho direcionado, porém não é o que acontece. A professora não adapta materiais e por vários dias apresenta as mesmas coisas e não evoluiu nos conteúdos.

Horário reduzido, a escola funciona das 7h15 até 12h00. Já o meu filho só é permitido entrar às 8h00 e é dispensado às 11h30, perdendo assim 3 aulas todos os dias, não tem nenhum material adaptado, dificultando o seu aprendizado. Não tem nem um livro de nenhuma matéria, para no mínimo ter uma referência de estudos. A sala de recursos só é uma sala qualquer, não tem atividades de aprendizagem, o aluno deficiente não faz nada, tem que ficar sentado e quieto sem fazer nada, olhando para a parede. Enquanto as professoras ficam conversando entre si. Meu filho é campeão das olimpíadas de matemática do Rio de Janeiro mesmo assim não tem nenhum incentivo nos estudos. É muito difícil acompanhar a turma sem livros, sem conteúdo de estudo, sem provas adaptadas, sem apoio dos professores. Já informei que meu filho gosta muito de fazer atividades manuais, colagem, pinturas e etc, essas atividades podem ajudar ele a fixar os conteúdos, e mesmo assim não fazem nada com ele na sala de recursos para ajudá-lo nas matérias. Só querem que ele fique quieto. Sendo que ele além do autismo tem hiperatividade e déficit de atenção que não permite a ele ficar parado. Esse descaso todo acontece com outros alunos deficientes na escola. Meu filho não gosta de ficar na sala de recursos sem fazer nada, então sai da sala de recursos e vai para a turma assistir aulas, isso incomoda alguns professores. Tem alunos até hoje que não conhecem sua turma. Tem alunos deficientes com potencial ainda analfabetos, por falta de incentivo e falta de material adaptado. Muito triste e cansativo ter de se umilhar para que meu filho possa frequentar a escola e aprender.

Eu sou profissional de apoio à inclusão (mediador escolar) nesta mesma instituição e há muitos alunos com deficiência comprovada por laudo sem o profissional de apoio que é o mediador para auxiliar nas atividades dentro de sala de aula e extraclasse viabilizando o acesso e permanência que é a inclusão dos mesmos na rede regular de ensino. No município de [REDACTED] houve também concurso público e teve o cargo de mediador porém destacando apenas 1 vaga no edital sendo que a demanda do município é muito maior que isso. Possui aprovados no concurso mas o prefeito não demonstra interesse em criar mais vagas e convocar para de fato dar assistência aos alunos com deficiência e com isso passando meses e nada de chegar mediador para esses alunos citados e entre outros que necessitam em todas as escolas da rede municipal. Além da existência de contratos, tem os aprovados do concurso que poderiam ter tomado posse e estar em exercício com as crianças que precisam.

Peço que seja anônima esta denúncia para que não prejudique o meu serviço. Grato!



No início do de 2023, meu filho estava matriculado no 6º ano, mas se nenhum apoio (forma de incluir), fui na Cre, conversei na escola, mas infelizmente não tinha nenhuma estagiária ou AE para da apio ao meu filho, então me vi obrigada a por ele em uma classe especial, tb foi difícil, mas me vi sem opção...a classe especial não tem nenhum tipo de inclusão, independente de classe especial, eu achei que teria algum tipo de acolhimento, infelizmente não tenho contato com ninguém a não ser com a professora, não é uma classe e sim 1h por aluno diária, entendo que ela faz o que pode, mas estou muito preocupada, agora que me filho esta sendo alfabetizado, então para o próximo ano, vou tentar o 6º ano, que sabe vai haver inclusão. A partir do 6ºano não tem mais inclusão e nenhum tipo de acolhimento. Muito triste 😞

Aluno era morador do [REDACTED]. Estudava desde o Maternal na Creche Municipal da [REDACTED] sem nunca ter tido acompanhamento de monitor. Maternal integral, pré 1, pré 2 e o primeiro Bimestre da primeira série na Escola Municipal [REDACTED] também no bairro do [REDACTED]. Sem monitor. O aluno tem cognitivo totalmente preservado. Excelente aprendizado e desenvolvimento. Foi transferido para o Município de [REDACTED]. Por ser cadeirante a escola alega não ter monitor para o período todo de aula. O aluno fica na escola somente por duas horas e neste tempo ainda tem intervalo do recreio. O aluno está sendo prejudicado no tempo ensino e perdendo 70% do conteúdo aplicado. O aluno está sendo prejudicado inclusive psicologicamente. Devido não poder estudar como os demais alunos sem deficiência.

Tendo em vista a especificidade dos alunos com autismo, necessidade de um ambiente de aprendizagem mais tranquilo, maior tempo para realização das atividades e adequação das mesmas, avaliação diferenciada considerando que as condições de desenvolvimento do autista difere de uma pessoa comum, gostaria que nós responsáveis pudéssemos ter maior participação e segurança no processo de escolarização de nossos filhos, principalmente no tocante à avaliação, pois o que se observa é que os alunos com deficiência são aprovados, muitas vezes, sem condições de aprendizagem, acentuando ainda mais a defasagem cognitiva e comportamental dos mesmos.

A professora da turma está de licença médica por um longo período. As crianças da turma são divididas em outras turmas, inclusive de 1º e 2º ano. As crianças autistas precisam de rotina, conteúdo programático adaptado, porém, devido à ausência de uma professora fixa na turma, isso não ocorre. Meu filho e as outras crianças da turma estão sendo completamente prejudicadas.



Quando a licença da professora está finalizando, recebemos da escola a informação de que a licença foi renovada. A professora tem direito à licença médica, mas meu filho tem direito à um ensino de qualidade e com as adaptações necessárias para a sua aprendizagem. É necessário um professor para a turma.

Meu filho vive com a metade do coração, fez 6 cirurgias cardíacas, toma anticoagulante e faltou oxigenação após tentar tirar ele do tubo, durante 5 meses na primeira cirurgia. Tem paralisia cerebral afetado os 4 membros e com deficiência no aprendizado e aprendendo lentamente, a noção espacial e sensorial também foram afetadas. A escola que estuda ele adora, acolheram ele, mas não tem acessibilidade, tendo escadas onde ele sobe para o terrio e sala de aula onde tem acesso com a ajuda da Aee, e tendo somente 2 estagiária para atender vários alunos inclusos PCD. Além disso falta comprometimento de alguns professores e adptar as matérias em sala de aula, uma estagia somente para ele para que possa aprender e ser afalberizado.

Devido a falta de profissionais, acumulam cargos e sobrecarregam os que atuam, ocasionando doenças e transtornos emocionais, não há currículo nem proposta adequada, a sala de recursos é minúscula, OS PROFESSORES são inclusivos, mas a gestão não. Não entendem o q é a Educação Bilíngue, não há Atendimento Educacional Especializado pois a Professora adoeceu por [REDACTED], já foi feita proposta de centralizaram o atendimento no Colégio [REDACTED], porém é negado, mesmo que a direção esteja disposta, pois nessa escola há uma sala de Libras ampla e equipada, que poderi ser usada para o AEE, mas até os alunos desta escola estão sem Professor de Libras, a Secretaria de Educação se recusa juntar o atendimento no ambiente propício e tentam forçar os Intérpretes a atuarem na função, mesmo contra o Plano de Carreiras e Vencimentos. Quando os Profissionais de Libras se posicionam, Profissionais da Educação Inclusiva não aceitam e não tentam entender a demanda da Educação de Surdos, chegando até mesmo a dizer que somos excludentes e que o Plano de Carreiras está errado. O relato seria longo demais para caber aqui pois são inúmeras ocorrências de descaso com alunos surdos e assédio moral sobre os funcionários Profissionais de Libras.

4. Conclusão

Por se tratar de um levantamento de informações sem metodologia estatística, os dados apresentados neste relatório não apresentam uma representatividade percentual de violações e pessoas violadas. Contudo, são uma amostragem importante e assustadora de violações ao direito à educação. São dados enviados por pessoas mobilizadas principalmente por Parceiras e Parceiros da Defensoria que integram a rede de práticas de acesso à Justiça do programa Acesso à Justiça nos Territórios. Essas pessoas atuam em periferias, onde os serviços públicos são ausentes ou sucateados. É neste contexto que essas Parceiras e Parceiros da Defensoria possuem atividade dedicada à garantia da cidadania das pessoas que vivem nesses lugares, auxiliando-as a acessar os serviços públicos e enviando informações do território para esta Ouvidoria sempre que necessário para a garantia de um direito.

Tendo em vista que as informações enviadas pela sociedade civil através deste chamado, verificamos que há inúmeros obstáculos que têm impedido o acesso à educação para pessoas com deficiência no Estado do Rio de Janeiro. Tais obstáculos indicam violação generalizada ao direito à educação de pessoas com as mais diversas deficiências, o que aumenta a relevância da atuação do Nuped e dos Núcleos de Tutela Coletiva em atenção a estes setores da população. Aumenta também a relevância da campanha da Anadep deste ano: “Defensoria Pública: em ação pela inclusão - Defensoras e Defensores Públicos na luta pelos direitos das pessoas com deficiência”.

Os dados indicam também que a responsabilidade pelas violações aos direitos dos estudantes com deficiência não parecem se concentrar em um único agente, sendo possível observar responsabilidades dos entes municipais, estadual e federal, além das instituições particulares de ensino. Por outro lado, destacamos a urgência do Poder Público garantir a acessibilidade para todos os estudantes das redes públicas, dando o exemplo que se espera a ser seguido pela rede particular.

Por fim, indicamos que este chamado de informações pode e deve ser complementado regionalmente pelos Núcleos de Tutela Coletiva em conjunto com as

Parceiras e Parceiros da Defensoria de cada região, bem como com as pessoas que responderam este chamado de informações. Para tanto, os dados pessoais de quem participou deste chamado serão disponibilizados para os núcleos, conforme está combinado com os respondentes. Importante destacar que nada impede a adoção de estratégias suplementares de aumento do alcance, como divulgações em mídias locais, engajamento de autoridades e gestores públicos, comunicação visual ostensiva, entre outros.

Desta maneira, esperamos que este relatório venha a contribuir com medidas que a Defensoria possa adotar para assegurar o avanço da cidadania de pessoas com deficiência no Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2023

Guilherme Pimentel

Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do RJ

Igor Santana

Assessor da Ouvidoria-Geral da Defensoria RJ

Mariana de Oliveira

Assessora da Ouvidoria-Geral da Defensoria RJ